

Esta resenha é parte integrante da

revista.batistapioneira.edu.br

REVISTA BATISTA PIONEIRA

BÍBLIA ▪ TEOLOGIA ▪ PRÁTICA

ONLINE ISSN 2316-686X - IMPRESSO ISSN 2316-462X

Vol. 6 ▪ n. 2 ▪ Dezembro | 2017

O PAI NOSSO COMO CAMINHO ESPIRITUAL

CARVALHO NETO, Luiz Gonzaga de. **O Pai Nosso**. Porto Alegre: Concreta, 2016. (Coleção Sabedoria). 135p.

Willibaldo Ruppenthal Neto¹

Este livro, apesar de ser a estreia editorial de Luiz de Gonzaga de Carvalho Neto (“Gugu”, como é chamado por seus amigos e alunos) como autor, não é um trabalho de início de carreira. Trata-se de uma obra que busca trazer à luz um conhecimento amplo e profundo, já bem conhecido daqueles que foram seus alunos em cursos online ou em suas aulas na Faculdade da Cidade, no Rio de Janeiro, ou no IPD, em Curitiba. Afinal, segundo o próprio autor, o livro não é senão “uma transcrição, mais ou menos polida, e bastante resumida, de duas séries de aulas ministradas em Curitiba” (p. 17).

Mas, talvez se questione: por que mais um livro sobre a oração do Pai Nosso? Já não há bons livros em português, como os estudos de teólogos clássicos como Karl Barth e Joachim Jeremias? No que este livro inova? Qual seu diferencial? Acontece que este livro, diferente da grande maioria de

¹ Aluno do Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduado em História pela UFPR e Bacharel em Teologia pelas Faculdades Batista do Paraná (FABAPAR). Membro discente do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED). Bolsista CNPq. E-mail: willibaldoneto@hotmail.com

estudos sobre o Pai Nosso, não pretende ser um estudo teológico, mas uma leitura mística do texto. Trata-se, portanto, de uma obra de espiritualidade, baseada em uma profunda leitura e incorporação de elementos teológicos clássicos, de autores como Agostinho e Tomás de Aquino, mas também de tratados místicos a exemplo de Teresa D'Ávila. Como o próprio autor lembra no seu “aviso ao leitor”, não se trata de “um trabalho de erudição ou de alta teologia”, mas antes é uma reflexão a respeito da espiritualidade que subjaz à oração do Pai Nosso, a qual busca responder a seis perguntas principais (p. 17):

- 1) *Sei realmente o que estou pedindo quando faço essa oração?*
- 2) *Quero realmente isso que suponho saber?*
- 3) *Tenho alguma percepção real e bem fundada de que minhas intenções ao fazer esses pedidos correspondem à intenção de Jesus Cristo ao ensinar essa oração?*
- 4) *Existe algo que eu possa fazer para apresentar a Deus alguma prova da sinceridade da minha intenção ao fazer esses pedidos?*
- 5) *Existe algum meio de avaliar se meus pedidos estão sendo atendidos?*
- 6) *Finalmente, existe algum benefício real em pedir e receber isso que é pedido no Pai Nosso?*

Devo admitir que, em minha primeira leitura, me senti um tanto quanto frustrado. Ao pegar o livro com intuito puramente teológico e crítico, inspirado por uma pesquisa de amigos a respeito da quarta petição do Pai Nosso, perdi consideravelmente o ânimo quando me deparei com estas perguntas. Porém, meses depois, quando retomei a leitura com outra intenção, pude ler este livro com a devida “atenção e boa vontade” as quais o próprio autor pede a seus leitores (p. 18). Deste modo, pude não somente aproveitar a leitura como uma verdadeira inspiração à oração, mas também me motivar a compartilhar a mesma através desta resenha. Afinal, como o Pe. Luís Filidis comenta no Prefácio deste livro, a leitura do mesmo “mais do que elucida e esclarece a inteligência, impele nossa vontade à oração” (p. 13), e isso muitas vezes é justamente o que um teólogo mais precisa. Esta obra, portanto, nos ajuda a lembrar que o conhecimento e análise de um texto bíblico, tal qual o Pai Nosso, deve resultar em uma prática espiritual em nosso dia a dia, começando pelo elemento mais básico de nosso relacionamento com Deus: a oração.

Mas, qual é o método de análise que o professor Gugu utiliza para estudar

o Pai Nosso? De modo brilhante, ele analisa cada uma das partes da oração, fazendo um giro hermenêutico da oração às bem-aventuranças, destas aos dons do Espírito Santo, e destes de volta às bem-aventuranças. Trata-se, na linguagem do autor, de “ciclos quaternários”, estabelecidos da seguinte forma: *Pedido – Bem-aventurança – Dom do Espírito Santo – Recompensa da Bem-aventurança*. Cada um destes ciclos forma o que chama de “perfeição espiritual”, as quais são “modificações que Deus faz na alma do homem para que este adquira certa capacidade de operar que não possuía antes” (p. 53), de modo que “torna o homem mais próximo de Deus e dos santos” (p. 18). Afinal, como católico, lembra constantemente dos santos como padrão a ser imitado e reverenciado. Como protestante, porém, devo dizer que não me incomodei com a visão teológica e espiritual que o autor apresenta, uma vez que não somente destaca que “só Cristo salva” e “ninguém salva a si mesmo” (p. 70), mas também indica os santos mais como pessoas a serem imitadas do que incentiva algum tipo de culto dos mesmos. Mas, voltemos à obra!

Diferente da tendência geral de pensar na primeira palavra da oração, “Pai”, como declaração de intimidade com Deus, o autor aponta o termo como indício de semelhança por natureza. Afinal, diferente do servo, que pode ter intimidade com seu senhor, o filho, além da intimidade, também tem semelhança com seu pai, relacionando-se com este como preparação para assumir seu lugar, como herdeiro, e também se tornar pai, “herdando seus bens e funções” (p. 23). Isto nos indica que a oração se refere ao que há em comum entre Deus e o homem, ou seja, diz respeito à espiritualidade, e não ao corpo, já que Deus é espírito e não possui corpo.

Sendo assim, a oração não se dá com pedidos intencionando bens materiais, pois, se assim o fosse, “seria menos apropriado começá-la com Pai, porque Deus não tem necessidade temporais” (p. 24). Mas, por que pedir a Deus bens espirituais? Pois, “se Deus possui os bens espirituais por natureza, nós podemos possuí-los por participação” (p. 24). Ou seja, somente podemos alcançar tais bens na nossa união com Deus. Deste modo, “começar uma oração dizendo ‘Pai’ significa saber desde o começo que o que será pedido são bens espirituais” (p. 24).

Quando Jesus disse “nosso” em relação a Deus como pai, não o fez como Deus Filho, mas como homem e representante de toda a humanidade, que “se tornou filha de Deus” (p. 25). Afinal, se falasse com Deus Pai como Deus Filho,

poderia dizer “Meu Pai”, como de fato fala em outros contextos (Jo 14.20, por exemplo). Do mesmo modo, todo aquele que orar deve orar em nome de toda a humanidade, pois, “quando um indivíduo humano faz a oração do Pai Nosso, ele está representando a espécie diante de Deus” (p. 26).

Deus Pai, porém, não é qualquer pai. Não é como um pai biológico ou um “pai” espiritual, como o dos monges. É, porém, o pai “que estais nos céus”, destacando sua particularidade. Sendo assim, apesar de ser nosso pai, de modo que somos semelhantes a ele, também se difere de nós, como pai celestial: “num certo sentido também, quando Ele fala ‘Pai Nosso’, lembramos da semelhança entre Deus e nós, e quando fala ‘que estais no céu’ recordamos da diferença que há entre esse Pai e nós mesmos” (p. 25). Somente com este pai celeste podemos alcançar os bens espirituais, por participação. Por isso, não pedimos bens materiais nem individuais, mas as “necessidades espirituais fundamentais” (p. 26), necessárias não somente a nós, como indivíduos, mas à humanidade, como um todo, em sua dependência para com Deus.

Este início de oração, sendo pensado desta forma, marca que “os pedidos do Pai Nosso são justamente expressões do que o indivíduo deve querer para efetivar a relação de filiação divina” (p. 48), de modo que os próprios pedidos são lições para quem ora. Tais lições, porém, são mais de disposição do que de ação: “não são instruções detalhadas do que ele tem de fazer, mas do que ele tem de querer” (p. 49). São, portanto, lições para se alcançar a “santidade”, já expressa no primeiro pedido, pois “tornar-se mais santo é querer mais o que Deus quer para nós” (p. 49).

Quando pedimos “santificado seja o Vosso nome”, estamos pedindo que Deus nos mude. Não é uma elevação de Deus, como muitos pensam, mas um pedido de que Deus nos santifique. Afinal, nós, como “imagem e semelhança” de Deus, somos também signos de sua pessoa, ou seja, somos também seu “nome”, mesmo que não perfeito, precisando ainda sermos santificados. Ou seja, quando declaramos “santificado seja o Vosso nome”, “estamos pedindo que Deus exclua de nossa existência tudo aquilo que é contrário e incompatível com o status humano, com o status de representante de Deus na Terra, de nome de Deus” (p. 32).

Tal pedido é feito não tanto pela nossa capacidade de glorificar a Deus, mas pela nossa ignorância em relação ao que devemos mudar em nós mesmos. Assim, pedimos a Deus que nos mude e nos torne mais santos, eliminando

nossos defeitos e impurezas. Este pedido, assim, se vincula a uma bem-aventurança: “bem-aventurados os pobres de espírito”. Afinal, para Deus nos santificar, precisamos ser pobres de opiniões, admitindo a fraqueza das nossas suposições sobre a própria vontade de Deus. Ou seja, sermos pobres de espírito significa renunciarmos “às nossas próprias opiniões acerca do que Deus quer para nós” (p. 34). Esta escolha nos permite experimentar o temor, um Dom do Espírito, que nos leva a uma passividade diante de Deus e impassividade diante do mundo, além da certeza em relação ao Reino de Deus, que não depende de nós, mas de Deus: “bem-aventurados os pobres de espírito, pois deles é o Reino dos Céus”. Ou seja, a primeira “perfeição espiritual”, decorrente da primeira petição, culmina em não sabermos o que é nossa vida e este mundo, mas reconhecermos que Deus é a única saída.

O segundo pedido, “venha a nós o Vosso Reino”, esclarece, primeiro, que o Reino é de Deus (“vosso”), e, em segundo lugar, que somos como estrangeiros em relação a este Reino, que está fora de nós (“venha”), mas que deve ser assumido e internalizado. O Reino de Deus pedido é a vontade divina, expressa nas suas leis e na sua Palavra, que oferece ao ser humano um meio de decidir, a despeito de sua ignorância. Ou seja, se no pedido anterior se admite a ignorância, neste pedido se pede a solução para esta. Para isto, recorre-se a outra bem-aventurança: “bem-aventurados os mansos”. Mansidão, portanto, é o que o homem deve ter como disposição para realização do segundo pedido. Pois, na prática, é a aceitação do mandamento divino mesmo quando este não é evidente ou claro, uma vez que “a mansidão é uma espécie de reverência para com a Palavra Divina e com a lei de Deus” (p. 45). Com isto, Deus concede o Dom da Piedade, que “consiste em uma natural e espontânea herança ou transferência para o piedoso de atributos daquele a quem a piedade se dirige” (p. 45). Por fim, a promessa “herdarão a terra” se cumpre na segurança resultante desta piedade que pode ser alimentada através da leitura da Palavra e da oração.

Os três pedidos seguintes (3^a, 4^a e 5^a petições), “não dizem respeito à relação do indivíduo com o mundo externo”, como as duas primeiras petições, “mas à relação dele com a sua própria alma” (p. 53). No caso do terceiro pedido, “seja feita a Vossa Vontade assim na terra como no céu”, trata-se de um reconhecimento de que, mesmo que venhamos a desejar outras coisas, a vontade de Deus deve ser cumprida. Afinal, mesmo Jesus, no

Getsêmani, submeteu sua vontade à vontade de Deus Pai. Também nós, se não submetermos nossa vontade, estaremos fora do Reino e, se nos sentirmos sempre como que em pleno acordo com os mandamentos da nossa religião, na verdade estamos inventando nossa própria religião, como deus desta (p. 57). É natural, portanto, que o cristão deseje algo diferente da vontade divina, e sofra não somente com os bens que, por tal submissão perde, mas também pela falta do grande (sumo) bem, que é o próprio Deus. Assim, é natural no cristão certa tristeza, relacionada à bem-aventurança dos “que choram”. O Dom do Espírito vinculado a este pedido e bem-aventurança é o Dom da Ciência, ou seja, a capacitação de percebermos “nos bens deste mundo a sua raiz em Deus” (p. 63), de modo que se cumpra a promessa “serão consolados”, uma vez que a consciência do bem divino nos bens materiais e temporais consola ao cristão.

A quarta petição, “o pão nosso de cada dia nos dai hoje”, é interpretada de modo muito diferente de outros estudos: para o autor, deve-se perceber também esta petição como algo voltado ao espiritual, mesmo que se fale em “pão”. Neste caso, diferente dos anteriores, porém, o “pão” não é de Deus, mas de quem pede. Não se pede o “Vosso Nome”, o “Vosso Reino”, nem a “Vossa Vontade”, mas o “Pão Nosso”. Mas, o que seria este “pão”? Segundo o autor, inspirado na frase de Jesus, “meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou” (João 4.34), o autor interpreta o “pão nosso de cada dia” como uma ação espiritual plena, que realizada na cooperação entre Deus e o homem, lhe coloca à semelhança do próprio Deus. Assim, quem pede o “pão” da parte de Deus é porque para além da fome material tem também “fome e sede de justiça”, como está nas bem-aventuranças. Tal ação, plenamente espiritual, realizada como que por pacto entre o homem e Deus, lhe é possível pelo Dom da Fortaleza, permite ao homem ser saciado: “bem aventurados... porque serão saciados”.

A quinta petição, “perdoai-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores”, relacionasse com a seguinte bem-aventurança: “bem-aventurados os misericordiosos”, colocando-nos diante do grande Juiz. Para tanto, recebemos o Dom do Conselho, pelo qual Deus nos leva a transcender as limitações da nossa consciência, para ver além de nós mesmos. O resultado, portanto, é a promessa de se alcançar misericórdia, uma vez que abre nossa alma às realidades do outro mundo, nos libertando pela misericórdia divina. O sexto pedido, “não nos deixeis cair em tentação”, somente possível quando

nos tornamos “puros de coração”. Para isto, Deus nos capacita com o Dom da Inteligência, nos dando a percepção mais profunda e verdadeira da realidade. O resultado é a promessa de vermos a Deus, possível mediante a inteligência, vendo ao Criador por trás da criação. Por fim, o sétimo pedido, “livrai-nos do mal”, não se refere tanto a Satanás quanto ao abismo entre nós e Deus. Para sobrepor este abismo, precisamos negar nossa vontade, nos tornando “pacificadores”, rejeitando o coração de trevas que se esconde em nós, e abraçando o Dom da Sabedoria, ordenando nossa atividade livre a partir de Deus e não do pecado, e nos permitindo sermos “chamados filhos de Deus”.

Com estas sete “perfeições espirituais”, o autor nos lembra não somente que a espiritualidade é um processo, em direção à perfeição e santidade de Deus, mas também que a própria oração faz parte deste processo de “santificação”. Mais do que levar a Deus nossas aflições e desejos, a oração é uma forma de trazermos a realidade divina para dentro da nossa realidade cotidiana, relembando a nós mesmos de nossa missão neste mundo. Sendo assim, a própria oração do Pai Nosso é um passo daquilo em direção àquilo que ela mesma pede: santifica o nome de Deus por nossas vidas, nos lembra de nossa submissão ao Reino de Deus, e nos faz lembrar que, mais do que elevar nossos pedidos terrenos, traz os Céus à terra dentro de cada um de nós.



A Revista Batista Pioneira está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações - 4.0 Internacional